

Em primeiro de tudo o meu muito obrigado ao Sindicato dos Professores da Zona Norte na pessoa da sua Presidente Dr^a Lucinda Manuela, pela maneira atenciosa e eficaz com que nos recebeu

O STAAE-ZN há 32 anos quando começou a dar os primeiros passos teve ajuda incondicional do SPZN. Não podemos esquecer quanto nos ajudou e continua a ajudar para que possamos afirmar como um Sindicato forte, credível e moderno do século XXI

Dr^a Lucinda Manuela pode contar connosco e estaremos sempre nos maus momentos e bons ao vosso lado porque a luta que travam actualmente também é nossa

Um bom filho não esquece o carinho o respeito a lealdade que o SPZN teve para com o STAAE-ZN. A gratidão vale mais que muitas fortunas.

Muito Obrigado

Também não podia deixar de passar em branco o trabalho incansável dos elementos que me acompanharam de perto neste últimos quatro anos Refiro-me nomeadamente aos vice presidentes Ligia Couto ,Albano Teixeira e a tesoureira Avelina Lourenço

Não abandonaram o STAAE- ZN, mas irão prestar a sua colaboração nos próximos quatro anos em outras funções de grande responsabilidade

Espero continuar a contar com a vossa colaboração e confiança

Palavras de apreço aos Dirigentes que se disponibilizaram a trabalhar a tempo inteiro no STAAE ZN Adelaide Lobo, Humberto Melo, Maria da Gloria, Filomena Tavares, Alberto Mesquita,Luis Marques , Fatima Frias e Carina Silva para que o STAAE-ZN tornasse uma realidade

Agradecimento aos colaboradores do STAAE - ZN a Jurista Dr^a Susana da Costa Pinto e a administrativa Ana Maria que têm ajudado a projectar e a engradecer o STAAE- ZN

Por último à FNE na pessoa do seu Secretário Geral Dr. João Dias da Silva o meu agradecimento pessoal e da Organização que represento de lhe manifestar e demonstrar,de forma inequívoca, toda a minha gratidão e louvar a maneira como nos defende nas instancias superiores as nossas reivindicações Sei que muitas das vezes saí desiludido porque não conseguiu que do outro lado compreendesse os nossos pedidos.

No próximo mês de Outubro realizar-se –a o Congresso de FNE que estamos certos que será um marco histórico para o movimento sindical , nomeadamente para o STAAE ZN

Assim publicamente neste Congresso permite-me transmitir o nosso sentimento

O STAAE ZN apoiará sem reservas a reeleição do Prof João Dias da Silva como Secretario Geral da FNE

Peço a todos os congressistas que de pé seja aplaudido o nosso desejo

Caros...

Este é o décimo primeiro congresso do nosso sindicato, o Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte, o sindicato que representa os trabalhadores não docentes da zona norte.

É o congresso que realizamos para discutir e aprovar o plano de ação e eleger os corpos gerentes para o quadriênio 2019-2022.

É pois um congresso que marca o início de uma nova etapa no caminho que traçamos, que estamos a percorrer e queremos continuar a percorrer até atingirmos os nossos objetivos.

Esse caminho é o da luta incessante pela conquista de melhores condições para os trabalhadores não docentes das nossas escolas.

É um caminho feito de avanços e recuos, de sucessos e insucessos, porque são muitos os obstáculos que é preciso ultrapassar, são muitas as resistências que é preciso vencer.

Nem sempre conseguimos atingir os nossos objetivos com a urgência que a situação atual dos trabalhadores não docentes exige.

Mas é um caminho que não podemos abandonar, é uma luta que não pode esmorecer, porque estamos convencidos da justiça das nossas propostas.

Por isso adotamos para o nosso congresso este tema:

Restruir as carreiras dos não docentes e descentralizar a gestão para consolidar escolas de qualidade.

Restruir as carreiras dos não docentes constitui o nosso objetivo prioritário.

Porquê restruir as carreiras?

Porque manter os trabalhadores não docentes integrados em carreiras do regime geral não nos serve.

Não se coaduna com as nossas ambições profissionais continuar integrados nas carreiras gerais de assistente operacional, assistente técnico e técnico superior.

Não nos serve a nós, profissionais da educação, nem serve as escolas.

Sejamos claros.

Os trabalhadores não docentes não se consideram superiores aos restantes trabalhadores da Administração Pública, que muito respeitamos por serem nossos colegas.

Mas também não se consideram inferiores.

Os trabalhadores não docentes têm uma identidade própria que lhes advém da relevância das funções que desempenham nas escolas.

São trabalhadores que estão diariamente em contacto direto com menores, com crianças e jovens. E é isso que confere especificidade à sua atividade.

Como costumamos dizer, os trabalhadores não docentes também educam.

Também educam porque, estando inseridos em comunidades educativas, o resultado do seu trabalho influencia a formação e o desenvolvimento de crianças e jovens.

Não é o mesmo desempenhar funções em escolas ou em qualquer outro serviço da Administração Pública.

É diferente, exige outra sensibilidade, outra disponibilidade, outro empenho. Exige outra preparação, outro tipo de experiência, outro saber fazer.

E se é diferente, não podemos continuar a insistir em querer tratar de maneira igual aquilo que é diferente.

É por isso que reivindicamos a regulamentação de carreiras próprias para os trabalhadores não docentes, carreiras que reconheçam e valorizem a especificidade da nossa função.

Que consagrem a identidade do nosso trabalho, que confirmem dignidade e estatuto social às nossas profissões.

Queremos carreiras específicas para os trabalhadores não docentes em que fiquem tipificadas as funções que podemos desempenhar nas diversas áreas, quer nos serviços administrativo-financeiros quer nos serviços técnico-pedagógicos.

E essas funções são cada vez mais especializadas e qualificadas.

A realidade dos nossos dias e das nossas escolas mostra que o exercício das funções não docentes é bem mais rica do que a que deriva da chamada polivalência dos trabalhadores da Administração Pública.

A polivalência é um chavão abstrato que não tem significado nenhum quando se analisam com seriedade a missão e a organização das escolas.

Só é capaz de falar em polivalência quem não sabe o que é trabalhar numa escola, quem há muitos anos não põe os pés numa escola a não ser em visitas ocasionais, uma ou duas vezes por ano.

Esse é lamentavelmente o caso da maioria dos responsáveis do Governo pela área da Educação.

Com certeza que sabem fazer bonitos discursos sobre a polivalência mas são completamente ignorantes sobre aquilo que fazem, no dia-a-dia, os trabalhadores não docentes.

É por isso que afirmamos, sem arrogância mas com frontalidade, que são os trabalhadores não docentes quem verdadeiramente conduz e assegura o normal funcionamento da maioria das nossas escolas.

A realidade é esta: há muitos anos que os trabalhadores não docentes se impuseram, nas suas diferentes profissões, deixando de ser trabalhadores que se limitam a dar apoio a outros profissionais da educação.

Continuar a pensar o contrário é desprezar e minorizar a relevância das funções atualmente desempenhadas pelos trabalhadores não docentes, é desvalorizá-los.

O paradigma mudou.

Queremos carreiras específicas para enquadrar devidamente trabalhadores não docentes especializados.

Mas queremos-las ainda por outras razões.

Queremos carreiras específicas em que fique prevista e consagrada a obrigatoriedade de formação contínua nas diversas áreas funcionais de modo a garantir a necessária atualização de conhecimentos e o desenvolvimento de novas competências.

Esta obrigatoriedade de formação contínua tem que ser implementada desde já.

O Ministério da Educação não pode continuar a lavar as mãos abandonando levemente as escolas à sua sorte, deixando-as entregues à sua capacidade de desenrascar quando se trata de proporcionar formação profissional para os trabalhadores não docentes.

Na verdade, as escolas não se confrontam só com falta de pessoal, confrontam-se também com falta de pessoal adequadamente preparado para lidar com os desafios que as escolas e as sociedades contemporâneas colocam diariamente.

A falta de pessoal adequadamente preparado só pode combater-se com investimento em formação profissional.

Mas infelizmente a formação profissional ainda não é uma componente que, com regularidade, faça parte do nosso quotidiano.

É por isso que temos de valorizar e recompensar todos aqueles que, muitas vezes com sacrifício da sua vida pessoal e familiar, procuraram melhorar as suas qualificações adquirindo novos graus académicos.

Defendemos que todos os trabalhadores não docentes que concluíram uma licenciatura, um mestrado ou até um doutoramento sejam integrados na carreira de técnico superior.

Devemos ter presente que a carreira de técnico superior já existe nas nossas escolas.

O atual processo de regularização de vínculos precários na Administração Pública, o PREVPAP, veio mostrar isso mesmo.

Como é sabido, os trabalhadores não docentes que forem considerados em situação precária vão ser integrados nas escolas em que têm estado contratados a termo.

Mas vão ser integrados em carreiras que correspondam às habilitações que efetivamente possuem e não nas carreiras constantes do contrato que tinham.

Se é justo que isto aconteça, então é preciso garantir equidade no processo.

É preciso garantir que os trabalhadores não docentes dos quadros que anteriormente já completaram habilitações idênticas não venham agora a ser ultrapassados pelos que chegaram às escolas depois.

Repetimos: se é justo que isto aconteça, também é justo que os restantes disponham da oportunidade de transitar para a carreira de técnico superior.

Se necessário for, através de processos de mobilidade intercarreiras desburocratizados e conduzidos com celeridade.

Isto é o mais justo para os trabalhadores mas também é a solução conveniente para as escolas.

Só assim conseguiremos diminuir a atual sangria dos trabalhadores mais qualificados que vão para outros serviços à procura da valorização e do reconhecimento a que têm direito pelas qualificações que adquiriram e que não encontram no Ministério da Educação.

O Ministério da Educação não pode continuar a querer gerir escolas do século vinte e um com as regras de meados do século vinte.

Caros...

Quando reivindicamos carreiras específicas, fazemo-lo na defesa da criação de melhores condições para os trabalhadores não docentes.

Mas também o fazemos na perspetiva do interesse das escolas.

Carreiras específicas para os trabalhadores não docentes são essenciais para preservar a unidade do sistema educativo.

É imprescindível que o processo da sua regulamentação não seja desligado da transferência de mais competências para os municípios ou que não seja adiado para depois dessa transferência.

Caso a transferência de competências para os municípios venha a avançar nos moldes que têm sido anunciados, e de que temos publicamente discordado, é a autonomia das escolas que fica prejudicada.

Fica prejudicada na medida em que os órgãos de gestão das escolas ficam condicionados ou incapacitados de terem uma palavra a dizer na escolha dos técnicos superiores de educação, dos assistentes técnicos de educação e dos assistentes operacionais de educação que melhor poderão servir os projetos educativos das escolas.

É por isso que carreiras específicas para os trabalhadores não docentes representam um contributo fundamental para o desenvolvimento da autonomia das escolas.

Só assim, com a regulamentação das carreiras, fará sentido tratar da descentralização.

A descentralização impõe-se mas importa que seja concretizada através da realocação às escolas de poderes e competências que ainda pertencem aos serviços centrais do Ministério.

Não podemos continuar a ser coniventes com preconceitos que assentam na desconfiança institucional em relação aos órgãos de gestão das escolas.

Não serve os interesses do sistema educativo, por causa da desconfiança institucional, simplesmente substituir a tutela ministerial pela tutela municipal.

O processo de descentralização que é necessário, entendemo-lo como um processo dinâmico e envolvente recolhendo a participação ativa de todos os interessados.

Consolidar escolas de qualidade na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, tal como ansiamos para o nosso país, requer trabalhadores não docentes integrados em carreiras que reflitam as suas identidades profissionais, valorizando-os e dignificando-os.

E requer a descentralização da gestão das escolas de modo que todos os trabalhadores não docentes possam realizar-se profissionalmente prestando serviço nas escolas que melhor se adequam às suas potencialidades.

É tempo de avançar. É tempo de concretizar. É tempo de negociar.

É tempo de reestruturar as carreiras dos não docentes e descentralizar a gestão para consolidar escolas de qualidade.